

Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Era Digital: Entre Utopias Freireanas e Distopias

Popular, Community and Alternative Communication in The Digital Age: Between Freirean Utopias and Dystopias

https://doi.org/10.14195/2183-5462_42_1

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil
kperuzzo@uol.com.br

Submetido: 2022/10/06 | Aceite: 2023/02/20

Submitted: 2022/10/06 | Accepted: 2023/02/20

Resumo

O texto aborda o tema da comunicação popular e alternativa em meio às controvérsias das manifestações de mídias “independentes” utópicas e antiutópicas. O objetivo é discutir o revigoramento da Comunicação Popular na era da internet e a transcendência das mídias alternativas na atualidade diante da intensificação do midiativismo e, em certo sentido, da emergência de alguns desdobramentos - nem sempre tão alternativos ou independentes quanto podem parecer à primeira vista. O estudo é baseado em pesquisa bibliográfica. Conclui-se que a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa cumpre um papel importante no caminhar da construção de um mundo justo e livre. Em especial as mídias alternativas vêm atestando uma diversidade de expressões, mas suas características intrínsecas em suas origens são carregadas de alternatividade de caráter libertário.

Palavras-chave

comunicação popular, mídia alternativa, liberdade de expressão, utopia, distopia

Abstract

The text addresses the issue of popular and alternative communication amid the controversies of the manifestations of utopian and anti-utopian “independent” media. The objective is to discuss the reinvigoration of Popular Communication in the internet age and the transcendence of alternative media today in the face of the intensification of mediativism and, in a certain sense, the emergence of some developments - not always as alternative or independent as they may seem at first sight. It is concluded that Popular, Community and Alternative Communication plays an important role in the construction of a fair and free world. In particular, alternative media have attested to a diversity

of expressions, but their intrinsic characteristics in their origins are loaded with alternativity of a libertarian character.

Keywords

popular communication, alternative media, freedom of expression, utopia, dystopia

Introdução

A diversidade de manifestações da comunicação popular, comunitária e alternativa na atualidade motiva a realização de estudos visando a compreensão do fenômeno, especialmente das mídias alternativas e independentes incrementadas a partir da disseminação do acesso à internet levando ao debate de conceitos e à realização de cartografias instigantes por demonstrarem a amplitude e a diversificação de iniciativas.

Nesse contexto, as utopias e as distopias se entrecruzam. As utopias estão no âmago da busca por liberdade de expressão representada nas lutas pela democratização da comunicação no Brasil e sua efetivação também por meio das mídias comunitárias e alternativas de modo a ampliar a dimensão cívica da cidadania que ganha força e mais alcance diante das possibilidades de ampliação de canais e espaços de interação que a internet potencializa. Por outro lado, tomando por base o território brasileiro, as distopias também amplificam seus ambientes de difusão que, em nome da liberdade de opinião, enchem as redes digitais de certas bolhas antidemocráticas de desinformação e conteúdos contrários ao respeito aos direitos de cidadania assegurados por leis e pela Constituição do Brasil.

Com base em pesquisa bibliográfica, o texto objetiva discutir o revigoramento da Comunicação Popular na era da internet, bem como a transcendência das mídias alternativas na atualidade diante da intensificação do midiativismo e, em certo sentido, da emergência de alguns desdobramentos - nem sempre tão alternativos ou independentes quanto podem parecer à primeira vista.

1. Palavras iniciais sobre comunicação popular, comunitária e alternativa e seu revigoramento na era digital

As expressões Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa - ou simplesmente Comunicação Popular - são usadas como categoria abrangente para falar do conjunto de iniciativas de comunicação que ocorrem no âmbito dos movimentos sociais populares, associações comunitárias e demais articulações cívicas de segmentos das classes subalternizados organizados.

Essa categoria remete a um segmento comunicacional e a uma subárea do campo da Comunicação, embora não tenha sido tratada desse modo pelos estudiosos das teorias da Comunicação. Possui um corpo de conhecimentos e uma pedagogia sistematizados, no entanto, passa por atualizações constantes devido ao movimento histórico que mexe com a práxis do movimento popular.

A Comunicação Popular aflorou com características específicas, próximas ao que conhecemos ainda hoje, como uma vertente comunal ainda no fim dos anos 1970 e nos 1980, no contexto de abertura política do regime militar, no Brasil. Seguiu seu curso ao longo de mais de 50 anos, com atualizações e ressignificações. Dela germi-naram iniciativas denominadas de comunicação dialógica, comunicação horizontal, educativa, participativa, alternativa ou comunitária, mas a partir dos anos 1990/2000 as vertentes comunitárias e alternativas foram ganhando contornos mais peculiares.

Originalmente a Comunicação Popular desenvolveu dimensões epistêmicas de clara posição de inconformismo frente à opressão da ditadura militar (1964-1985) e de luta pela democracia no Brasil. Essas dimensões são fundamentadas em visão humanista – em grande parte com absorção de ideias de Paulo Freire e seus seguidores, de tendência transformadora, defesa da autonomia, e voltada à educação popular informal e não formal em suas interfaces com a comunicação emancipadora.

A Comunicação Popular distingue-se como uma comunicação de resistência porque acontece no bojo e é vinculada aos movimentos sociais, comunidades e coletivos populares que lutam por direitos e denunciam diversas formas de opressão. Trata-se de uma contra comunicação, em relação aos padrões convencionais da grande mídia. Ela acontece devido às necessidades de comunicar desses atores coletivos, desde dentro, na voz deles e de acordo com seus interesses e demandas, razão pela qual é conhecida como comunicação popular, horizontal ou comunitária. Sua práxis situa-se no campo de lutas simbólicas de segmentos subalternizados por justiça social, para dar visibilidade a causas humanistas e reivindicações, e para participar do debate público oferecendo uma visão crítica e diferenciada sobre temas de interesse público.

Desse modo, a Comunicação Popular pode ser vista como um desborde (Mari Sáez, 2018) ou uma ultrapassagem das bordas dos limites políticos e institucionais estabelecidos. Como diz Mari Sáez (2018, p. 10), usando uma terminologia de Cornelius Castoriadis, o conceito de desborde – no sentido de transbordar, extravasar – “em forma de substantivo, esta palavra aparece em relação a aquelas práticas políticas lideradas pela cidadania nas quais desbordam os limites institucionais estabelecidos”.

A comunicação popular se caracteriza em: a) Processos comunicacionais constituídos no nível de comunidades, movimentos sociais, coletivos populares etc. que vão além de meios (canais) – apesar de estes serem importantes e fazerem parte da dinâmica social. São processos implicados em lutas mais amplas por direitos e que incluem a comunicação direta face a face, interpessoal, grupal, a coordenação de ações, a mobilização e a ação coletivas. b) É conduzida por princípios de ordem pública, uma vez guiada por finalidades educativas, de desenvolvimento social e ampliação da cidadania. c) É sem fins lucrativos, propicia a participação ativa, pertence a movimentos e organizações coletivas, expressa os interesses e necessidades de comunicação desses atores no contexto em que se inserem, e desenvolve mecanismos de propriedade e de gestão coletivas. d) Cultiva a proximidade pois tem laços de cunho comunitário com os referidos atores coletivos, sejam eles de matriz geográfica, de identidades étnicas, culturais, históricas, linguística, de ação política ou comunitária.

Em última instância, da Comunicação Popular derivaram várias outras feições de comunicação comunitária e de meios alternativos e independentes revelando a

existência de uma diversidade de iniciativas comunicacionais (Peruzzo, 2008, 2009; Carvalho, 2011; Miani, 2011); Fígaro, Nonato, 2017; Pachi Filho, Souza, Moliani, 2019; Haubrich, 2017; Fernandes, 2019). No fundo são iniciativas que carregam em comum, apesar de haver especificidades e até distorções, a busca por liberdade de expressão através dos meios de comunicação próprios, dos analógicos aos digitais, que sempre estiveram sob controle majoritário do grande capital econômico e dos governos.

2. Revigoremento da comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital

A era digital simboliza um novo tempo para a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa em múltiplos sentidos, tais como: a) Potencializa a abertura de novos canais próprios para se comunicar; b) Democratiza o acesso à comunicação mediática historicamente concentrada em conglomerados econômicos; c) Se beneficia da simultaneidade na disseminação de conteúdos; d) Propicia a criação de novos ambientes comunicativos, mais interativos.

Essa possibilidade de democratização da comunicação e consequente amplificação das vozes cidadãos que a internet proporciona serve também para nos lembrar que, mesmo passadas três décadas das lutas históricas pela quebra da concentração dos meios de comunicação de massa no Brasil¹ em grandes grupos econômicos e sem pluralidade política, a situação de controle dos meios continua vigente e amplificada, pois, se expandem para o domínio também na internet.

Os mesmos grupos dominam também os portais informativos na internet, além de outros mecanismos de produção e difusão de bens de entretenimento – da música ao audiovisual. A situação é ainda mais grave, pois acrescenta-se o domínio de outros quatro grandes grupos, também movidos pelos interesses do capital, que controlam não só os conteúdos que circulam na internet, mas as vidas das pessoas. É o caso dos grandes grupos (García Canclini, 2019) apelidados de GAFA: Google, Apple, Facebook e Amazon que, na aparente neutralidade algorítmica, reformam o poder econômico-político e redefinem o sentido social - dos hábitos cotidianos ao significado do trabalho, ao consumo e à comunicação ou isolamento das pessoas.

O controle algoritmo exercido por estes e tantos outros grupos econômicos sobre nossos acessos e trânsitos na internet, e a apropriação dos dados dos usuários fazem parte de uma política deliberada e incompaciente em favor de seus negócios. Algoritmos não têm ética, nem responsabilidade social, mas têm donos. Eles conduzem os usuários a publicidades que não pediram para ver. Movem a publicidade comercial automatizada que financia contas verdadeiras ou falsas que sustentam atores reais ou movidos por robôs difusores de informações inverídicas para manipular a opinião pública. Mas, essa manipulação vai além da publicidade e impacta cenários políticos, a exemplo do caso capitaneado pela Cambridge Analytica²,

¹ Um marco importante foi criação nos anos 1990 do FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Ver: <http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>

² Ver: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml> e https://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_de_dados_Facebook%E2%80%93Cambridge_Analytica

que se apropriou de dados de 50 milhões de pessoas para ajudar na campanha eleitoral que elegeu Donald Trump presidente dos Estados Unidos, e em outras ações eletivas no mundo, que até resultou em sua extinção, tamanho o escândalo envolvendo, entre outros aspectos, a apropriação de dados de usuários cedidos pelo Facebook³ para direcionar conteúdos manipulatórios de cunho ideológico-político.

Por outro lado, nesse contexto, e apesar de os movimentos sociais também sofrerem boicotes de postagens demandadas por algoritmos, a internet chega para romper barreiras e abrir novas perspectivas para reforçar as experiências de comunicação popular, comunitária e alternativa. As rádios comunitárias, que além do dial estão na internet, e rompem assim os limites do alcance de suas transmissões. Os movimentos sociais criam seus próprios espaços na internet como sites e blogs, além de outros canais de relacionamento nas mídias sociais digitais para postagens de suas informações institucionais e de produções audiovisuais, fotos, boletins informativos e assim por diante. Os coletivos populares de comunicação – que existem às centenas no Brasil – tendem a desenvolver processos de comunicação local com seus públicos destinatários prioritários, mas também difundem conteúdos emancipatórios em canais criados nas mídias digitais, por exemplo o *Coletivo Força Tururu*, originário da região metropolitana da cidade do Recife, em Pernambuco, que atua na organização e ação coletivas nos bairros e tem seus canais ou perfis no YouTube e no Instagram, além de blog próprio⁴.

Nessa perspectiva, a era digital, além de reforçar as experiências tradicionais de existentes da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, também possibilita criação de novos espaços de comunicação, exclusivamente online, que ajudam a ampliação do universo de iniciativas de comunicação cidadã. É o caso de WebTV (popular/comunitária) e de dezenas de iniciativas de jornalismo alternativo e jornalismo independente.

Mas, cabe lembrar que a potenciação da comunicação popular, comunitária e alternativa digital não significa que as formas comunicativas tradicionais tenham desaparecido. Estas continuam tendo vez devido à sua efetividade e alcance junto a populações específicas, embora sempre precisem se reinventar, como no caso da pandemia do Coronavírus.

Nesse contexto, é ilusório considerar que todas as ações internas e externas que movem os movimentos sociais populares estão ou passem pela internet. Além de existir toda uma práxis (ação-reflexão-ação) que permanece no nível interno, a comunicação face a face e grupal, as faixas, o rádio de alto-falante – seja em postes ou em carro de som, a rádio comunitária FM, o vídeo, as caminhadas de protesto etc. continuam em vigor, segundo a realidade de cada lugar. Entretanto, há outro aspecto a considerar, justamente relacionado às singularidades regionais. A pandemia ajudou a quebrar o “imaginário” de que a internet de boa qualidade está ao alcance de todos. Afinal, milhões de crianças ficaram sem aulas ou com aulas precárias por falta de internet, computador e até mesmo de um aparelho celular apropriado. Outras tantas tiveram que compartilhar o uso do celular no mesmo turno de aulas, com irmãos e outros familiares. O antigo sistema de rádio no dial salvou situações desse

³ Vale a pena assistir o documentário “Privacidade hackeada” disponível no Netflix

⁴ Ver: <http://coletivoforcatururu.blogspot.com/>

tipo, quando as rádios comunitárias cederam espaços em suas programações para a transmissão de aulas por parte de professores e escolas diante da necessidade de distanciamento social e da precariedade do acesso à internet.

Na prática, existe a conjugação de uma diversidade de expressões comunicacionais em duplo sentido. Primeiro, pela confluência de diferentes formas e meios de comunicação – do presencial à radiodifusão e desta ao digital. Segundo, porque dessa situação também decorre a geração de diversos matizes nos tipos e nos modos de funcionamento de meios de comunicação do campo popular. Essas práticas mexem também com os conceitos que requerem um olhar cuidadoso sobre o que permanece o que se modifica, além de demandarem novas elaborações. Como disse Victor Mari Sáez (2018, p. 10), existe grande densidade de novidade, mas a sensação é de que

o velho ainda não terminou de morrer e que o novo, ainda não se cristalizou totalmente. Essa velha ideia gramsciana é um convite a estabelecer continuidades e descontinuidades entre as práticas e teorias comunicativas atuais e aquelas que foram parte da tradição do campo.

Em suma, a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa transita do presencial – da comunicação cara a cara e grupal à impressa e do audiovisual ao digital, em conformidade com a conjuntura na qual se insere. Isso significa que suas feições dependem das necessidades de comunicar que cada contexto constitui e depende também das condições reais existentes em termos operacionais – acesso às tecnologias, à capacidade econômica e de manuseio técnico, e do nível de organização e de mobilização comunitária.

Historicamente privilegiou-se a comunicação dialógica face a face e os meios simples e artesanais porque eram esses que estavam ao alcance dos grupos populares em determinado momento, tanto por sua eficácia local como por questões tecnológicas e legais (leis impeditivas de uso do rádio e da televisão). Entretanto, os movimentos sociais sempre correram atrás das tecnologias emergentes em cada época. O videocassete revolucionou a comunicação popular nos anos 1970, uma vez possibilitado pelo videoteipe que permitia gravar e reproduzir imagens e sons com equipamentos portáteis. O vídeo popular⁵ (Santoro, 1989), especialmente nos formatos de documentários e TV de Rua, teve um papel importante na educação popular. Mais adiante surge a lei de Televisão a Cabo (8.977/1995) que institui canais de uso gratuito, entre eles os canais comunitários, obrigatoriamente destinados pelas operadoras a associações comunitárias, em todas as cidades em que realizam suas transmissões. Houve também uma luta muito grande até que se conquistou uma Lei (9.612/1998) que permitiu o funcionamento de rádios comunitárias em FM no Brasil. Mais tarde também se conquistou o Canal da Cidadania para uso civil partilhado nos municípios. Mas, a voz dos movimentos sociais entrou até no cinema ainda nas décadas de 1960 e 1970 como mostram os estudos de Marcos Correa (2016) sobre os filmes *Acidentes de Trabalho* - do cineasta Renato Tapajós, de 1977; *Braços Cruzados, Máquinas Paradas* – de Roberto Gerviz e Sergio Segall, de 1979;

⁵ Existiu até a Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP) que reuniu produções audiovisuais de todo o país que circulavam mediante empréstimo ou cópias.

Trabalhadores: Presente! – de João Batista de Andrade, 1979; *Chapeleiros* – de Adrian Cooper, 1983, entre vários outros.

Atualmente é a internet que possibilita uma infinidade de novas iniciativas comunicacionais, como já foi falado, com inúmeras vantagens, que geraram inclusive certo deslumbramento, uma fascinação que requer cuidados e criticidade. Ela não é onipresente, pois há limites até de acesso e de manuseio qualificado. Há o controle exercido pelas grandes corporações econômicas e grupos políticos de interesse que manejam os algoritmos segundo as lógicas de mercado e de seus interesses econômicos e político-ideológicos, os quais geram o impedimento do acesso universal aos conteúdos, uma vez condicionado em bolhas, além de financiarem através da publicidade automatizada, contas que alimentam a informação mentirosa e a desinformação como forma de manipular a opinião pública. Há ainda, no caso dos movimentos sociais, o risco de predominar a tendência à individualização dos processos afetando as dinâmicas coletivizadas inerentes aos movimentos sociais.

3. O lugar da imprensa alternativa na atualidade

Persistem as interrogações, feitas desde as últimas décadas do século XX, sobre o que é ou não mídia alternativa ou jornalismo independente, mas esse não será o foco principal de abordagem nesse momento, pois a intenção é relacionar aspectos históricos da imprensa alternativa com suas manifestações atuais a fim de debater alguns desdobramentos relacionadas às distopias.

Apenas para situar, convém ressaltar que o termo alternativo é impreciso e amplo e vem sendo aplicado como guarda-chuva que dá sentido a diferentes produções comunicacionais (Fernandes, 2019) frente aos meios de comunicação hegemônicos.

As expressões correlatas bastante usadas no debate acadêmico ajudam a indicar a abrangência do fenômeno e, ao mesmo tempo, refletem as distintas bases teóricas apropriadas, quais sejam: comunicação popular/comunitária (Peruzzo, 2004, 2008, 2009; Paiva, 2007; Miani, 2011), mídia comunitária (Carpentier, 2016), mídia alternativa (Atton; Hamilton, 2018; Meyers, 2008; Forde, 2011, Peruzzo, 2009; Carvalho, 2011), mídia radical (Downing, 2002), mídia contra hegemônica (Paiva, 2008; Moraes, 2008, 2010), mídia independente (Fígaro; Nonato, 2017; Muniz Jr, 2016; Forde, 2011) e Mídia cidadã (Rodrigues, 2001), entre outros.

As tentativas de respostas mais recentes, frente ao contexto atual em que há uma eferescência ímpar de iniciativas de comunicação ditas alternativas, independentes ou autônomas, entre outras adjetivações, podem ser vistas nos estudos acima e ainda em Colodeti (2016), Fígaro (2018a, 2018b), Pachi Filho, Souza e Moliani (2019), Haubrich (2017), Fernandes (2019) e Santiago (2016), entre outros⁶.

⁶ Para abordagens sobre a imprensa alternativa em contextos anteriores e em segmentos específicos, ver: Simpson Grinberg (1981); Festa (1986), Kucinski (1991), Chinem (1995), IMPRENSA ALTERNATIVA (2005), Downing (2002), Vozes da Cidadania (2006), Prudêncio (2006), Domingues (2007), Woitowicz (2008), Peruzzo (2008), OLIVEIRA (2009), Coelho (2019), Barbosa (2019), Araújo (2019), Marcos (2021), Otre (2015) e Sarmiento (2020).

A imprensa alternativa é um segmento da imprensa que se constitui em processos de comunicação eminentemente jornalísticos e que, no Brasil, historicamente, tem um caráter não alinhado aos padrões dos meios de comunicação convencionais - privados e públicos - nem aos governos e demais setores sintonizados com os interesses das classes dominantes. Não alinhado no sentido de que são independentes, pois não comungam das mesmas visões políticas e ideológicas desses atores, além de tecerem configurações diferenciadas do ponto de vista dos processos de produção de conteúdos, abordagens e, em geral, até mesmo dos assuntos pautados.

Como diz, Gabriel Kaplún (2019, p.73), "o 'alternativo' é sempre uma categoria relativa, que se constitui como um 'outro' frente ao hegemônico, ao qual se opõe ou o complementa [...]". O mesmo se poder dizer para o independente. Assim sendo, são as configurações mais estruturais, organizativas, simbólicas e ideológico-políticas que ajudam a entender o alternativo e o independente, e não suas formas, suportes usados e linguagens.

Meyers (2008, p.376), ajuda a entender essas dimensões ao enumerar quatro características do meio alternativo de comunicação: a) sua estrutura econômica, se diferencia das grandes corporações; b) seu viés ideológico é vinculado a agendas radicais de grupos excluídos dos meios tradicionais; c) a autopercepção como diferentes ou opostos aos meios tradicionais de comunicação; e d) o desafio que faz a certos valores, normas e práticas do Jornalismo mainstream. A essas características, em conformidade com a realidade brasileira, acrescentamos mais uma: a autonomia política, ideológica e econômica em relação aos governos e demais forças políticas alinhadas às classes dominantes. Portando, há um conjunto de fatores que ajudam a definir a alternatividade.

A imprensa alternativa teve um papel muito significativo nos anos 1960 e 1970 no Brasil. Mas, já antes de 1964 – ano do golpe militar - existiam jornais alternativos, por exemplo, o *Binômio*⁷, criado em 1952 em Minas Gerais, *A Peble*, 1917, e o *Novo Horizonte* (1946-1961), em São Paulo, entre dezenas de outros pasquins.

Durante a ditadura militar, se por um lado, muitos jornais alternativos foram banidos; por outro, surgiram centenas deles em diferentes estados do Brasil (KUCINSKI, 1991), com claros aportes de enfrentamento à censura e com tratamento diferenciado da informação, desde a crítica social e política até os padrões culturais vigentes. Mas, a imprensa alternativa não é só coisa do passado. Houve uma recriação do jornalismo alternativo. Ele transcendeu de um contexto de vigência da Estado de Exceção, durante a ditadura militar (1964-1985), em que a imprensa alternativa teve um importante papel na luta por democracia política e cultural, para outro momento, de mais liberdade, uma vez conquistada a democracia com a promulgação da Constituição de 1988, em que suas pautas cidadãs e os protagonistas se ampliaram.

Nos anos 1960 e 70 e início dos 80, ficou bem visível o papel de denúncia e de leitura crítica da realidade política, econômica e social por parte da imprensa alternativa (Kucinski, 1991; Chinem, 1995; Barbosa, 2019), a exemplo dos famosos jornais tais como *Movimento*, *Posição*, *Opinião*, *Versus*, *Em Tempo*, *Pif Paf* e *Pasquim*, também existiram aqueles reivindicativos de direitos de determinados segmentos sociais, por exemplo, os jornais alternativos negros (*Jonegro*, *Africanus*, *Pixaim*, *Negô*),

⁷ Ver: <https://pesquisafacomufjf.wordpress.com/2015/10/27/o-binomio-um-jornal-alternativo-nas-minas-gerais/>

feministas (*Mulherio, Nós Mulheres*), lésbicos (*Iamuricumá, ChamaComChama*), gays (*Lampião da Esquina, Gente Gay*), jornais operários (*Tribuna Metalúrgica, O Berro*) etc.

Mas além dos jornais alternativos de referência, hoje catalogados ou referenciados como documentos históricos em diferentes sítios na internet, existiram também dezenas de pequenos jornais alternativos, os boletins informativos, panfletos etc. produzidos pelos movimentos populares e sindicais nos anos 1970-1980, que também têm sua memória preservada, contendo cerca de 100 mil documentos, pelo Centro de Documentação e Pesquisa⁸, antigo CVP – Centro de Pastoral Vergueiro (VALIM, 2020), atualmente transferida para o *Arquivo Edgard Leuenroth* da Universidade Estadual Paulista (UNICAMP), em Campinas, estado de São Paulo.

Uma segunda dimensão da recriação da imprensa alternativa pode ser identificada no movimento recente de enorme ampliação do escopo das mídias alternativas e as independentes. Estas transcendem do impresso, como principal suporte, para o audiovisual e o digital. Transcendem dos boletins e jornais aos portais digitais. Transcendem também em diversos intentos temáticos específicos e em práticas organizativas e operativas inovadoras, como a autossustentabilidade, o relacionamento operacional remoto, horizontalidade e/ou financiamento colaborativo.

Com a ampliação crescente do acesso à internet na segunda década do século XXI desenvolveram-se centenas de iniciativas de meios alternativos e/ou independentes. Ou seja, são criados jornais, blogs, plataformas digitais colaborativas, revistas alternativas, portais independentes, fanzines virtuais, audiovisuais, podcasts, canais e perfis nas mídias sociais digitais, redes em aplicativos etc. que produzem e difundem conteúdos diferenciados dos da grande imprensa e dos portais das corporações midiáticas, além de serem distintos daqueles dirigidos ou cooptados por atores alinhados a forças políticas extremistas e/ou governamentais. Portanto, reporta-se ao universo de iniciativas do midiativismo (Braithy; Lessa; Câmara, 2018) crítico-cívico de cunho progressista. Aquelas que prezam a democratização dos meios de comunicação e da sociedade a bem do interesse público, defesa dos direitos humanos, da igualdade e da diversidade, respeito ao meio ambiente e da ética universal como bem público de interesse das maiorias. São centenas de iniciativas, a exemplo do *Mídia Ninja, Ponte Jornalismo, e Alma Preta*, e podem ser consultadas no *Mapa do Jornalismo Independente*⁹, levantamento interativo de experiências que nasceram na rede e são ligadas a projetos coletivos, idealizado pela Agência Pública.

4. Utopia contra distopia nas redes e sites de mídia digital

No universo da comunicação cívica progressista, em especial no âmbito dos movimentos sociais populares, opera-se com a utopia, no sentido de uma desejável sociedade com justiça social, bem-estar para todos e convivência pacífica mesmo entre diferentes.

Desde Thomas Moore (1478-1535), a utopia é vista como algo ainda sem lugar ou impossível de se realizar (MOORE, [1516] 2004), mas ela também tem sido resignificada como uma possibilidade, como sinônimo de esperança (Freire, 1976, 1997),

⁸ Ver: <http://www.cpvsp.org.br/>

⁹ Ver: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

mas do verbo esperar e não esperar. Esperar é construir, levar adiante. “Não há esperança na pura espera. [...] A desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo. [...] enquanto necessidade histórica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude história” (Freire, 1997, p.5). Portanto, esperança remete ao sonho, mas como ato político e com conotação histórico-social que remetem à utopia.

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica em denúncia e anúncio. [...] A nova experiência do sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (Freire, 1997, p. 47)

Nesse sentido, utopia pode ser vista como uma construção simbólica para o futuro, e que inspira a presença humana transformadora no mundo. Iniciada por uns e continuada por outros... porque o processo é longo e ocorre em ambientes controversos. A possibilidade de transformação social pode ser percebida na posição filosófica e epistemológica de Paulo Freire (1981), porque ele situa sua proposta de educação libertadora na realidade brasileira concreta vivida pelos oprimidos, e acredita na capacidade humana de ser sujeito, e que pela conscientização, que é embaçada pelo diálogo, age para construir um mundo melhor.

Na perspectiva da comunicação popular, comunitária e alternativa, os sentidos da utopia se concretizam na dialética entre o simbólico voltado ao futuro e o mundo real. No nível simbólico opera-se com a utopia da igualdade, respeito pleno às diferenças e de cidadania para todos, mas não como algo irrealizável e sim como passível de ser conquistado. Do contrário, os movimentos sociais populares nem se constituiriam, pois as pessoas se organizam para lutar por seus direitos na expectativa de conquistá-los. A utopia está também no nível do real porque existem milhares de iniciativas de organização popular e comunitária - às quais a comunicação popular se interconecta, e que, de algum modo, ajudam a transformar a realidade de opressão de jovens, crianças e adultos, e o meio social e natural de vida em favor da cidadania planetária. São transformações em pequena escala é verdade, mas que ao transformarem-se e multiplicarem-se em diferentes e muitos territórios da vida concreta, tornam-se gigantes. Ou seja, a utopia também se reveste de concretude em práticas da educação e comunicação libertadoras na América Latina.

Em outros termos, a utopia eleva-se a algo realizável ao inspirar o agir humano no sentido de práxis sociais transformadoras, no lento passo a passo histórico, mesmo que sofra reveses de movimento contrário, ou seja, de sua negação, motivada por diferentes fatores. Essa talvez seja uma das razões do porquê de a utopia não morrer, pois ao concretizar-se, mesmo que timidamente, ela alimenta a própria utopia, como de uma sociedade justa e livre. Entretanto, essa utopia também possui reações contrárias, a antiutopia. O “movimento” distópico atual no Brasil chega a ridicularizar a utopia e as lutas sociais que se relacionam a ela, como a defesa da vida, dos direitos humanos, do cuidado com o meio ambiente e da substantividade do Ser.

Na realidade atual se democratizou o acesso generalizado das pessoas aos canais de participação dos ambientes interativos que a internet proporciona, na perspectiva de todos para todos – que foi uma “utopia” em parte realizada. Mas, a arena de participação

cívica democrática – idealizada – transformou-se, em especial na fase do bolsonarismo¹⁰ no Brasil, em arena de discórdia, de abuso de liberdade de opinião, do incentivo à violência, da disseminação de informação falsa, inclusive contra a saúde pública, propagação do ódio, da difamação, da injúria e da calúnia. Tudo é feito sob a alegação de liberdade de expressão, mas esse preceito - altamente necessário às democracias - não se aplica quando os atos caracterizam crimes previstos em leis (Código Penal, Código Civil etc.), na Constituição do Brasil e em convenções internacionais, como é o caso de narrativas racistas, preconceituosas¹¹, xenofóbicas, homofóbicas e misóginas, e a difusão de conteúdo falso, calunioso e difamatório, como atestam algumas das mídias bolsonaristas, neonazistas e similares às vezes até chamadas de “alternativas” ou “independentes”.

Nada há de alternativo libertário, nem de cívico em manifestações desse tipo de ativismo mediático que usa suportes tecnológicos tradicionais e modernos. O midiativismo libertário é movido pela transgressão (Jordan, 2002), mas de causas cívicas e de interesse coletivo. Outros midiativismos podem ser radicais (Downing, 2002), assim como o libertário é, mas não condizem à experiência histórica da alternatividade.

A discriminação, tal como apontada acima, é crime, pois fere a Constituição brasileira e outras leis, portanto não está amparada pela liberdade de expressão também prevista legalmente. A concepção de civilidade (Veira, 2000) corresponde a valores máximos de uma sociedade na ordem do interesse público, dos deveres para com o todo e da responsabilidade pelo bem-estar coletivo. Em outras palavras, a justificativa dada a atos e postagens de discursos difamatórios, mentirosos, de ódio, preconceituosos, anticonstitucionais, de apologia à violência e até ao crime, como sendo resguardados pela “liberdade de expressão” – garantida pela Constituição do Brasil – não tem validade jurídica pois manifestações desse tipo entram em choque com a própria Constituição e outras leis que vedam a discriminação de qualquer natureza e os tipificam como crimes. A Constituição também proíbe o anonimato e a difusão de informação e atos contrários à saúde pública, como ocorreu por parte desses grupos na pandemia SARS-COV-2. Portanto, ações desse tipo são criminosas e não estão protegidas pela liberdade de expressão. O direito à liberdade de expressão é uma conquista fundamental a ser preservada e exercida, mas é um direito que não pode ser confundido com a vontade própria violar direitos e de romper regras do legado jurídico.

A antiutopia tem estado em alta nos últimos anos no Brasil, principalmente, a partir de 2018 com a ascensão política do bolsonarismo. A cultura do ódio e todo um discurso discriminador são disseminados mais às claras e com grande presença das redes sociais digitais, mas que se elevou ao âmbito de política de governo (2019-2022). Trata-se de uma antiutopia, que não é puramente cultural e ideológica. Ela carrega também interesses pessoais e motivações político-partidárias e econômico-financeiras. Adeptos e seguidores do bolsonarismo querem desinformar a opinião pública para manter seu domínio político. Querem faturar muito dinheiro manipulando canais e perfis digitais que disseminam informações falsas, amplamente chamadas de fake news, e valores discriminatórios e reacionários. Por de trás, além dos interesses políticos há os econômicos. Contas reais ou falsas são monetizadas

¹⁰ Em referência ao período do governo Jair Bolsonaro (2019-2022)

¹¹ Até em relação a pobres, local de procedência, pessoas com deficiência e com características físicas como cor da pele, peso e idade.

pois estão no circuito da publicidade automatizada, a partir de cliques e likes, nos sistemas das empresas dos meios digitais.

Em junho de 2021, a BBC News publicou matéria informando que investigações da Política Federal e da Procuradoria Geral da República revelaram que 12 canais bolsonaristas de apoiadores de Jair Bolsonaro ganharam R\$ 4,2 milhões no YouTube, de junho de 2018 a maio de 2020 (Magenta; Schreiber, 2021). Essas mesmas investigações, abertas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sobre os atos antidemocráticos no Brasil revelaram como youtubers bolsonaristas ganham R\$ 100 mil mensais com informações privilegiadas do Planalto (Camporez; Pires; Moura, 2020). Canais que pregaram o golpe de Estado nos primeiros meses de 2021 teriam lucrado milhões de reais com esse tipo de remuneração.

Na sua gênese, a imprensa alternativa não visa lucro, além de ser motivada pela alteridade (Arruda, 2002; Bassi, 2021). O que não significa que não possa arrecadar recursos financeiros para sua sobrevivência. Então, não é coerente classificar conteúdos falsos, distorcidos e cheios de ódio contra pessoas, conteúdos inconstitucionais, conteúdos contra valores humanitários e cristãos, nem os canais dessa mesma índole, tais como portais, blogs, jornais e perfis em mídias digitais e redes de aplicativos como alternativos. Por que não? Porque situam-se alinhados ao circuito do poder político governamental constituído em determinado momento no Brasil e, ainda, porque são movidos por interesses econômicos em nome de posições ideológicas e políticas reacionárias extremistas e antidemocráticas. Ou daria para considerar o canal “Terça Livre”, a “Folha Pública”, o “Jornal da Cidade Online” ou o “Brasil Paralelo” como meios alternativos?

Em suma, as rebeldias nas comunicações são de diferentes índoles, podem ser libertárias ou fascistas, e, como tal, requerem tratamento diferenciado. Razão pela qual, a categoria “mídia radical” de John Downing (2002) parece ser abrangente o suficiente para abrigar essa diversidade midiativista contemporânea.

Por outro lado, não convém confundir todo e qualquer jornal independente¹² ou autônomo, portal noticioso ou canal em mídias digitais com linha editorial progressista como sendo alternativos. Essa seria uma simplificação. Existem muitos meios de comunicação independentes com espírito público diligente, mas que não são e não se reconhecem como alternativos. Afinal, o alternativo atesta certas características constitutivas da alternatividade como suas estruturas operativas e econômicas, autonomia em relação às instituições, corporações midiáticas e governos, além de carregar uma conotação de caráter libertário e humanista, uma perspectiva cidadã de caráter público abnegativo que não pode ser confundido com qualquer manifestação midiática situada fora do circuito mediático hegemônico.

Considerações finais

A Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa cumpre um papel importante no caminhar da construção de um mundo que garanta direitos e deveres igualitários, respeitadas as diferenças, das pessoas num processo civilizatório em que o interes-

¹² Há, ainda, a ressalva de que o independente, assim como o alternativo, são de caráter relacional, portanto, dependem de cada contexto e das relações internas e externas que estabelecem.

se público prevaleça sobre os demais interesses. Sua existência é marcada por uma diversidade de expressões que, por vezes, assumem mais a cara de comunitário e outras de alternativo ou independente, mas que não se confundem com iniciativas, por vezes chamadas de “alternativas” ou “independentes” porque, mesmo sendo radicais, são de caráter fascista e contra os valores cívicos.

Há que se perceber ainda que o discurso de ódio e preconceituoso, bem como a apropriação de dados das pessoas pelos gigantes da internet, mesmo que consentidos, para fins estatísticos ou uso com propósitos manipulatórios - econômicos ou político-ideológicos, ferem os direitos da pessoa – direitos inerentes ao ser humano e que são universais, e também violam os direitos de cidadania, aqueles garantidos pelo Estado e pela ordem jurídica instituída.

Mais do que nunca se faz necessário combater a naturalização dos abusos verbais, escritos, gestuais e imagéticos tornados públicos através de tecnologias desenvolvidas para servir a humanidade rumo à civilidade, não contra ela.

Referências

- Araújo, V.T. de (2019). *Imprensa negra na internet: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z* [Tese de Doutorado, Universidade Metodista de São Paulo.] Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE). <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/2047>
- Arruda, A. (Org.). (2002). *Representando a alteridade* (2.ed.). Vozes.
- Atton, C. & Hamilton, J. F. (2008). *Alternative Journalism*. Sage Publications.
- Barbosa, P. E. S. (2019). *Trajectoria da imprensa lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)pensar o jornalismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa.] Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE). <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3163>
- Bassi, I. G. (2021). *Gandhi, Mandela e Luther King. As autonarrativas e o diálogo por direitos humanos*. Insular.
- Beltrán, L. R. (1981). Adeus a Aristóteles. *Comunicação & Sociedade: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social*, 3(6), 5-35.
- Braighi, A. A., Lessa, C.H., e Câmara, M.T. (Orgs.). (2018). *Interfaces do midiativismo: do conceito à prática*. CETEF-MG.
- Camporez, P., Pires, B., e Moura, R.M. (2020, 4 dez.). Como youtubers bolsonaristas ganham R\$ 100 mil mensais com informações privilegiadas do Planalto. *Estadão*. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,como-youtubers-bolsonaristas-ganham-r-100-mil-mensais-com-informacoes-privilegiadas-do-planalto,70003539302>
- Carpentier, N. (2016). Community media as rhizome. Expanding the research agenda. *Journal of Alternative and Community Media*, 1(1), 4–6. https://doi.org/10.1386/joacm_00003_1
- Carvalho, G. (2011). Jornalismo Alternativo na era digital: reportagens da Agência Pública. *Revista Alterjor*, 2(4), 126-142. <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88327>
- Chinem, R. (1995). *Imprensa Alternativa - jornalismo de nomenclatura e inovação*. Ática.
- Coelho, H.M.de S. (2019). *Jornal sem padrão: o Preto no Branco no enfrentamento da ditadura militar* [Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo.] Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE). <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1928>

- Colodeti, E. (2016). *Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte*. Universidade Católica de Minas Gerais.
- Corrêa, M. (2016). *Filmar operários. O registro e ação política de cineastas durante a ditadura militar no Brasil*. Appris.
- Domingues, P. (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, 12(23), 100-122. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>
- Downing, J.D.H. (2002). *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. Senac.
- Fernandes, K. B. (2019). *Informação e engajamento político: a produção de sentido no jornalismo alternativo audiovisual no Brasil, na Espanha e em Portugal* [Tese de Doutorado, Universidade do Minho.] Repositório UM. <https://hdl.handle.net/1822/68023>
- Festa, R. (1986). Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In Regina Festa, e Carlos Eduardo Lins da Silva (Orgs.), *Comunicação popular e alternativa no Brasil* (pp.9-30). Paulinas.
- Fíguro, R., e Nonato, C. (2017). Novos 'arranjos econômicos' alternativos para a produção jornalística. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, 15(1), 47-63. <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v15i1.21451>
- Fíguro, R., Pachi Filho, F., e Nonato, C. (2018). Relações de Comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. *Líbero*, (41), 100-115. <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/956>
- Fíguro, R. (Org.). (2018). *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. Universidade de São Paulo - Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho.
- Forde, S. Challenging. (2011). *The News: the journalism of alternative and community Media*. Palgrave Macmillan.
- Freire, P. (1976). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1981). *Educação como prática da liberdade* (12ª Ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1992)
- García Canclini, N. (2019). *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Centro de Estudios Avanzados da América Latina María Sibylla Merian (CALAS)/ Bielefeld Univetsisty Press/ Editorial Universidad Guadalajara.
- Gohn, M.da G. (2004). Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGS. *Revista Nômadias*, (20), 149-150. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105117734013>
- Gomes, P. G. (1990). *O jornalismo alternativo no projeto popular*. Paulinas.
- Haubrich, A. (2017). *Mídias Alternativas: a palavra da rebeldia*. Insular.
- Harlow, S. (2015). Losing focus: goal displacement at an alternative newspaper in El Salvador. *Media, Culture & Society*, 37(8), 1119–1137. <https://doi.org/10.1177/0163443715591665>
- Imprensa Alternativa. apogeu, queda e novos caminhos* (2005). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social.
- Jordan, T. (2002). *Activism! Direct action, hacktivism and the future of society*. Reaktion Books.
- Kaplún, G. (2019). La Comunicación Alternativa Entre Lo Digital Y Lo Decolonial. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, (141), 75-94. <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i141.4077>
- Kucinski, B. (1991). *Jornalistas e revolucionários*. Editora Página Aberta.
- Magenta, M., e Schreiber, M. (2021, 8 de junho). Canais bolsonaristas investigados ganharam R\$ 4 milhões no YouTube, calcula PGR. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57404691>

- Marcos, P.S.M.P. (2021). *Comunicação contra-hegemônica com perspectiva emancipatória: experiências argentinas e brasileiras no século XXI* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.84.2021.tde-02072021-112602>
- Meyers, O. (2008). Contextualizing Alternative Journalism: *Haolam Hazeq and the birth of critical Israeli newsmaking*. *Journalism Studies*, 9(3), 374–391. <https://doi.org/10.1080/14616700801999170>
- Miani, R. A. (2011). Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *In Texto*, (25), 221-233. <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/16547>
- Moraes, D. de. (2010). Comunicação, hegemonia e contra hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Debates*, 4(1), 54-77. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>
- Moraes, D. de. (2008). Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. Em E.G. Coutinho (Org.). *Comunicação e contra-hegemônica* (pp.39-64). Editora da UFRJ.
- More, T. (2004). *Utopia/Thomas More* (Tradução de Anah de Melo Franco). Editora Universidade de Brasília. (Trabalho original publicado em 1516)
- Marí Sáez, V. (2018). Sobre o conceito de desborde aplicado a las prácticas contemporáneas de comunicación social transformadora. Em Victor Manuel Mari Saez, Gonzalo Ceballos Castro (Coords.), *Desbordes comunicativos: comunicación, ciudadanía y transformación social* (pp. 9-27). Editorial Fragua.
- Muniz Jr., J. de S. (2016). Os sentidos sociais da produção cultural independente: usos e abusos de uma noção instável. *Parágrafo*, 4(1), 106–117. <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/366>
- Oliveira, D. (2009). Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta. Em *SBPJor. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. USP. <https://dennisdeoliveira.files.wordpress.com/2017/08/358462363-jornalismo-alternativo-o-utopismo-iconoclasta-pdf.pdf>
- Otre, M.A. C. (2016). *Comunicação popular, alternativa e comunitária: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil*. Fundação J. Kubitschek.
- Paiva, R. (2007). Para reinterpretar a comunicação comunitária. In R. Paiva (Org.), *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social* (pp.133-148). Mauad.
- Paiva, R. (2008). Contra-mídia-hegemônica. Em E.G. Coutinho (Org.), *Comunicação e contra-hegemônica* (pp.163-174). Editora da UFRJ.
- Pachi Filho, F.F., Souza, R. B. de, e Moliani, J.A. (2019). Os conceitos diferenciados de comunicação e jornalismo alternativos e o mapeamento da produção acadêmica brasileira recente. *Comunicação & Sociedade*, 41(2), 5-28. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v41n2p5-28>
- Peruzzo, C.M.K. (2004). *Comunicação nos movimentos populares. A participação na construção da cidadania* (3ª. ed.). Vozes.
- Peruzzo, C.M.K. (2008). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Palavra Chave: Revista da Facultad de Comunicación*, 11(2), 367-379. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64911214>
- Peruzzo, C. M.K. (2009). Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Galáxia*, (17), 131-146. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399641243011>
- Prudencio, K.C. S. (2006). *Mídia ativista. A comunicação dos movimentos por justiça global na internet* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.] Repositório Institucional da UFSC. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89289>

- Rodriguez, C. (2001). *Fissures in the Mediascape: An International Study of Citizens' Media*. Hampton Press.
- Sarmiento, P.B. (2020). *Duas décadas de resistência: o jornalismo autoenunciado independente do digital século diário contra silenciamentos no Espírito Santo*. Universidade Federal do Espírito Santo.
- Santini, R.M. (2021). A indústria da desinformação: fábricas de mentiras, ad-techs e as novas formas de resistência. Em Sônia Caldas Pessoa, Nair Prata, e Flávio Santana (Orgs.), *Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?* (pp.122-133). Intercom.
- Santiago, C.G. (2016) *Experiências em Comunicação Popular no Rio de Janeiro Ontem e Hoje*. Núcleo Piratininga de Comunicação.
- Santoro, L.F. (1989). *A imagem nas mãos – o vídeo popular no Brasil*. Summus.
- Simpson Grinberg, M. (Org.). (1981). *Comunicación alternativa y cambio social en América Latina*. UNAM.
- Valim, A. (2020). *A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil: décadas 1970/1980*. NPC /CPV.
- Vieira, L. (2000). *Cidadania e globalização* (4ª ed.). Record.
- Voices da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil*. (2006). Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Woitowicz, K. J. (Org.). (2008). *Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil*. Editora da UEPG.

Nota biográfica

Cicilia M. Krohling Peruzzo é doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. É professora visitante em programas de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ, UFES e UFBA. Autora de livros sobre Relações Públicas, Comunicação nos Movimentos Populares, Televisão Comunitária e sobre Pedagogia da Comunicação Popular e Comunitária. ORCID iD: 0000-0002-6384-8848

Morada: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social Instituto de Comunicação. Rua São Francisco Xavier, 524, 10º andar • Pavilhão João Lyra Filho – Rio de Janeiro, Brasil

How to cite

Peruzzo, C.M.K. (2023). Comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital: entre utopias freireanas e distopias. *Revista Media & Jornalismo*, 23(42), 23-38.
https://doi.org/10.14195/2183-5462_42_1

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.